

**Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana –
CEDECONDH**



Alvoní
Medina



Adeli
Sell



Biga
Pereira



Cláudio
Conceição



Fernanda
Barth



Pedro
Ruas

006ª CEDECONDH 19MAR2024

Pauta: Trabalho realizado no Lar Santa Rita de Cássia.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h32min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Hoje com a pauta: Trabalho realizado no Lar Santa Rita de Cássia. Boa tarde. Estamos aqui com nosso decano, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Fernanda Barth, proponente dessa reunião de hoje; nosso Ver. Cláudio Conceição, temos quórum para dar início. Já temos na Mesa diretor Jefferson Pereira. Quero também agradecer os demais da família também, Dr. Edison e João; sejam bem-vindos a nossa comissão.

Eu já estive fazendo a visita no Lar dos Excepcionais Santa Rita de Cássia, vi o trabalho maravilhoso que vocês têm feito com aquelas pessoas que residem lá no lar. Eu vi a felicidade daqueles jovens, daquelas pessoas estarem ali, de se sentirem acolhidos no Lar Santa Rita. Sabemos, Ver. Pedro Ruas, que há pessoas realmente que dão a vida, que dão o seu dia, que dão horas da sua vida para cuidar de pessoas que, muitas vezes, infelizmente, têm sido esquecidas por muitos. Mas sabemos que há pessoas, Fernanda, que olham para essas pessoas como seres humanos, como pessoas que merecem respeito, carinho e que precisam realmente de acolhimento. Quero cumprimentar o Sr. Nelson

Khalil, do Comdepa – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre; seja bem-vindo também; todos os demais que estão aqui, os nossos assessores, os meus, os do Ver. Pedro Ruas, os da Ver.^a Fernanda Barth, é uma alegria estar com vocês. Então, damos início a mais uma reunião da CEDECONDH. De antemão, quero perguntar ao Pedro Ruas, geralmente ele sempre dá uma palavrinha antes começar, depois eu passo, como de praxe, para quem nos trouxe a pauta.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, presidente. Cumprimento V. Exa., cumprimento também, claro, a Ver.^a Fernanda Barth, o Ver. Cláudio Conceição, os demais vereadores que são desta comissão e chegarão, enfim, e os nossos convidados. É uma honra tê-los aqui. Serei muito breve, apenas registrar para vereadora Fernanda Bart, que vai conduzir os trabalhos, que é uma grande ideia, necessária, é algo que faz diferença para toda a Casa, porque a Câmara tem que se mostrar útil a quem precisa. Esse é o dado. A Câmara não pode existir para ter um prédio bonito; não, ela tem que fazer diferença na vida, nas instituições, de quem necessita dela. E boa parte da sociedade não necessita. Melhor, mas, para os que necessitam, ela tem que estar presente. É o caso de vocês e esse é o nosso papel fundamental. Quando a gente pode cumprir esse papel, e essa iniciativa da Fernanda Bart nos propicia isso, nós nos sentimos melhores e sentimos que, de fato, fazemos a diferença.

Então, parabéns à Fernanda, parabéns ao presidente, e, mais uma vez, as nossas boas-vindas aos convidados. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): A Ver.^a Fernanda Barth, proponente desta pauta, está com a palavra para condução dos trabalhos.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos. É um prazer estar recebendo vocês aqui. Eu estive, na semana passada, fazendo uma visita na Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia, e eu fiquei muito tocada com o

trabalho que eles realizam e com algumas dificuldades jurídicas que a gente encontra para que eles possam estar funcionando a pleno, com os convênios e com suprindo todas as necessidades, não só da Casa Santa Rita de Cássia, mas depois ficamos sabendo que o Lar Santo Antônio passa pela mesma questão. Então, eu vou fazer uma breve apresentação para vocês aqui e vou repassar a palavra para os dois diretores, para que eles possam explicar a questão jurídica, eles, inclusive, têm propostas, esboços de um PL municipal e de um PL federal que possam corrigir esse problema. Então a gente poderia fazer não só a nossa parte aqui, mas uma ponte com os deputados federais que nós temos contato, com os ministros que porventura se tenha contato, para que eles possam acelerar esse processo, porque o que acontece hoje é uma lacuna, é uma brecha que existe na legislação, muito grande, que acaba superonerando as casas que fazem esse acolhimento tão especial e tratamento.

Hoje temos políticas públicas voltadas para o acolhimento temporário e em situação de emergência de crianças e adolescentes que têm seus vínculos familiares rompidos e fragilizados. Temos algumas normativas a respeito desse mesmo público quando completa a maioridade, que tem a possibilidade de contar com serviço de república ou residencial inclusivo quando se trata de situações em que o indivíduo tem limitações quanto a sua autonomia. No outro extremo da faixa etária, temos suporte para idosos no âmbito do abrigo residencial, república, instituições de longa permanência com graduação em níveis de autonomia e dependência. Porém existe um contingente de população que se encontra numa condição diferenciada, com grau de dependência nos afazeres diários e com comprometimento da sua capacidade civil que não está assistida pelo Estado, comunidade e/ou família. Ao longo do último século vivenciamos um processo de profissionalização, especialização, segmentação que por vezes torna-se ineficiente para atender pessoas que necessitam de assistência permanente, como é o caso dessas casas. Em alguns casos a família responsável por tais indivíduos acaba negligenciando sua responsabilidade protetiva e de manutenção da vida com dignidade, o que finaliza com um processo de institucionalização e perda do poder familiar. Aliado a isso, as

políticas para segmentos de população também passaram por processo de segmentação e especialização. Com isso se perdeu o atendimento integral, onde o assistido era atendido por um mesmo equipamento no que tange à educação, saúde e assistência social. Existem casos em que isso se faz necessário, um atendimento integral, para dar conta daquilo que for necessário. Para dar conta dessa lacuna no atendimento de crianças, adolescentes e adultos com diagnóstico de paralisia infantil e outras comorbidades surgiu a Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia. É uma instituição que funciona há 46 anos e que atende crianças e adolescente com diversas limitações físicas e cognitivas. Os acolhidos ingressam na instituição crianças e devido sua situação de saúde pela deficiência, permanecem durante a vida adulta e com o óbito deixam a casa. Ou seja, é uma vida inteira sob os cuidados da Casa do Excepcional Rita de Cássia.

Atualmente a instituição atende 28 acolhidos com diversos comprometimentos físicos e psicomotores, os quais devido à gravidade do comprometimento neurológico ficam mais suscetíveis a lesões de pressão, problemas respiratórios, agravamento e aquisição de deformidades. Estou lendo isso aqui só para vocês conseguirem vislumbrar que eles fazem um atendimento de saúde, eles não têm como não dar esse atendimento de saúde para essas pessoas. Esses problemas trazidos pela deficiência múltipla exigem que tenhamos uma equipe de trabalho qualificada e comprometida com o trabalho realizado. Esse cuidado especializado é necessário para a manutenção da qualidade de vida dos acolhidos, mas gera custos com mão de obra, englobando folha de pagamento, direitos trabalhistas e encargos sociais, fator que contribui para o aumento do custo individual dos atendimentos. Referimos que os acolhidos recebem atendimento 24 horas ininterruptas devido às suas necessidades e dessa forma a instituição necessita ter profissionais que trabalham em regime de plantões. Essa equipe especializada não tem amparo na legislação da Assistência Social ou nas orientações técnicas da execução dos serviços de acolhimento institucional. É a brecha que eu falei, legal, que acaba deixando essas casas extremamente sobrecarregadas. Agregue-se a isso o aumento da complexidade

dos casos de acolhimento no que diz respeito à saúde mental e física. Promover uma política pública para dar legitimidade a este tipo de acolhimento institucional se faz necessário inclusive para dar suporte a esse tipo captação de recursos financeiros que viabilizem a manutenção ampla e que garanta um atendimento com qualidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiências múltiplas em situação de acolhimento institucional. Os acolhidos são sempre encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude, demandados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Prefeitura de Porto Alegre.) – FASC, que solicita à instituição a disponibilidade de vaga. Os acolhidos são encaminhados para consultas de rotina com especialista e exames complementares, alguns frequentam escolas e serviço de vínculo no contraturno, para os quais a casa tem que arranjar uma *van* adaptada, que leve essas crianças e esses jovens para fazer as atividades fora da casa, inclusive para consultas médicas. Tratamos coletivamente da saúde, do bem-estar dos acolhidos, usando de diversas especialidades profissionais para avaliar cada situação e agir de forma mais adequada às particularidades em cada um dos acolhidos. Devido às deficiências múltiplas, todos os acolhidos necessitam de acompanhamento em tempo integral; dessa forma contamos hoje com profissionais competentes, engajados em atendimento aos cuidados, entre eles enfermeiros, fonoaudiólogo, nutricionista, fisioterapeuta, técnicos de enfermagem, cuidadores e assistentes sociais. Salientamos que essa instituição executa o serviço de acolhimento institucional, porém devido ao estado de saúde dos acolhidos, faz-se necessário o atendimento para além dos requisitos mínimos exigidos na execução da política pública de assistência social – eles entram em todo um campo de saúde. Por outro lado a política pública da saúde não tem a previsão de um processo de desospitalização.

Então, meus amigos, esse é o nosso desafio como comissão, que a gente escute o que eles têm para nos apresentar e faça o possível para que a gente consiga, em nível municipal, ver o que podemos fazer para arrumar essa brecha legal, que prejudica tanto essas duas casas e outras que trabalham acolhimento integral e que precisam de atendimento de serviços de saúde também. Obrigada.

o diretor Jeferson Pereira está com a palavra para explicar um pouco sobre a situação que o senhor nos colocou.

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Boa tarde a todos, primeiro quero agradecer à Ver.^a Fernanda Barth, ao Ver. Medina, ao Ver. Pedro Ruas, por nos abrir esse espaço. Sou diretor executivo da Casa do Excepcional Santa Rita, estou há pouco tempo no acolhimento, vai fazer dois anos. A minha trajetória sempre foi no segundo setor, e quando a gente se depara hoje com um setor tão necessário para o atendimento das políticas públicas de assistência social do Município, a gente vê essa fragilidade, a gente não tem outro caminho senão buscar meios para que a gente consiga para ser ouvido. É um atendimento que poucos conhecem. Eu gostaria de pedir assim que todos acessem as nossas redes sociais, tanto nossa, quanto do Lar Santo Antônio, verifiquem um pouquinho o que acontece dentro do Município, na parte de assistência social. Então, assim, hoje somos pioneiro na questão do acolhimento PCD, são todos neurolesionados, acamados, todos com várias deformidades, necessitam assim atendimento 24 horas por dia, 365 dias no ano; então é fundamental ter uma equipe multidisciplinar, são 50 funcionários para 28 acolhidos. No caso do Lar Santo Antônio eu sei que tem mais acolhidas, mas, assim, a questão de RH é muito parecida, e a gente não poderia vir aqui na Casa do Povo sem trazer também outra instituição que faz o mesmo serviço nosso, que é o Lar Santo Antônio. Então, assim, a gente tem se mobilizado enquanto instituições, enquanto organizações sociais para que a gente consiga viabilizar e demonstrar, por meio público, aquilo que é tão necessário para gente manter as prerrogativas do ECA, para gente conseguir dar atendimento e voz àqueles que não têm como se manifestar. Então, da nossa parte acho que seria esse breve relato. Eu gostaria de passar para o doutor Edson, também.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Diretor, antes de eu passar a palavra para o Sr. Edson, a gente teve aquela conversa... No seu entendimento qual poderia ser um encaminhamento no Município que poderia sanar essa brecha?

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Nós precisaríamos, vereadora, ter políticas públicas que regulamentem esse serviço. Hoje o acolhimento PCD é o único que não tem normatização nem em nível federal nem municipal nem estadual. Então, o acolhimento, ele já tem uma regulamentação, o residencial inclusive também tem, só que o acolhimento PCD, ele está num limiar que não tem nenhuma segurança jurídica, nem financeira. Se tivermos política pública que consiga sanar isso aí, a gente vai ter um acolhimento por um longo período de tempo, porque, como a senhora mesma relatou, as crianças, os adultos, os adolescentes entram via judicial nesse meio e não saem; diferente do abrigo que, completando a maioridade, eles saem. Então, eles não têm para onde ir, não existe uma república que atenda neurolesionado PCD maior. A gente precisa regulamentar para dar ao Município e às instituições que executam esse serviço uma segurança.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada. Agora eu vou passar a palavra para o Dr. Edison, do Lar de Santo Antônio.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Fazer uma pergunta, por favor, ainda ao diretor, que falou muito bem e falou da necessidade da regulamentação para ter... Bom e apenas esse tipo, essa forma de atendimento que necessita não é contemplada ainda por uma regulamentação adequada. Eu queria perguntar – Ver.^a Fernanda Barth, Presidente Alvoni Medina – ao diretor o que seria essa regulamentação adequada? O que deveria conter a legislação em termos, pelo menos, nesse primeiro momento, em termos municipais?

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Primeiro, o que a gente precisa é contemplar o serviço, porque hoje se a gente pegar o NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – que regulamenta a questão do acolhimento, ele determina uma legislação, o quadro de pessoal, então ele tem todo um norte para que o poder público possa executar e as

instituições também. No nosso caso, a gente não tem nenhuma normativa técnica, nem jurídica que regulamente, então a gente precisa criar essa lei dentro do Município, dentro do Estado, dentro da federação que contemple PCD, cuidando muito a questão financeira, a questão institucional, a questão de normatização para que cada equipamento possa fazer aquilo que o Estado precisa. Porque hoje, se a gente olhar, são 473 organizações que atendem o Município que são vinculados com a FASC, que executam o serviço de acolhimento, de residencial inclusiva, de acolhimento PCD. No nosso caso, só tem três que fazem: uma que é saúde que é a Casa de Saúde Menino Jesus de Praga, nós que somos assistência e o Lar de Santo Antônio. E, dentro da assistência, a gente não é visto como atendimento que teria a questão de saúde também. Então, a gente não é contemplado para custeio, para manutenção. Por mais que nós sejamos não filantrópicos, a gente... aliás, por mais que nós sejamos filantrópicos, a gente não tem isenção nenhuma de água, de luz, de nada que execute o serviço; tudo a gente tem que conseguir através de doações que cada vez estão menores, então, após pandemia, reduziu muito a questão de manutenção...

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Mesmo eles tendo um quadro completo de enfermeiros, técnicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, todo um pessoal ligado à saúde né?

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Isso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu vejo que o Nelson Khalil se inscreve, acho que deve ter um microfone volante aí.

SR. NELSON KHALIL: Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Dr. Jefferson.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu vou deixar que a Ver.^a Barth coordene.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Posso encaminhar as perguntas depois? Porque eu queria que eles terminassem a apresentação do problema.

SR. NELSON KHALIL: É que essa questão é exatamente sobre o contrato que tem com a assistente social e o contrato que tem ou que está negociando com a saúde.

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Quanto à saúde, a gente não tem contrato nenhum.

SR. NELSON KHALIL: Mas não há uma concessão com o... (Ininteligível.)?

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Não, não, não, porque a saúde entende que só quem é vinculado ao SUS pode ter algum incremento de recurso. No nosso caso, a gente não é; a gente é assistência social, por mais que estejamos atendendo uma complexidade de saúde.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Perfeito. Vou passar a palavra para o Dr. Edison. Boa tarde, Ver.^a Biga, seja bem-vinda. Para o Dr. Edison, do Lar Santo Antônio, para que ele coloque a situação do Lar Santo Antônio.

SR. EDISON PONTES MAGALHÃES: Honra-me sobremodo, com 20 anos na presidência do Lar Santo Antônio, e pela primeira vez comparecer aqui nesta Casa, perante a presença de nobres representantes da sociedade porto-alegrense, na busca de soluções para que nós possamos dar continuidade, não só melhorar, mas dar continuidade ao trabalho que venho exercendo à frente do Lar Santo Antônio. Uma interrogação que fica. Faz 20 anos que o senhor está lá sim. O que o senhor é? O Ver. Pedro Ruas sabe que eu sou procurador de justiça aposentado. Por que o senhor está tão dedicado ao Lar Santo Antônio? São vários motivos. Eu vou dar uma apresentação aqui agora que é o testemunho daquilo que representa os 20 anos que eu estou lá. Movido pelo sentimento de

solidariedade, de amor ao próximo, ensinamentos recebidos desde tenra idade pelos meus saudosos pais, decidi acolher a ordem de minha consciência e tornar-me um voluntário no Lar de Santo Antônio. Numa profunda reflexão as cortinas que envolvem os valores da percepção, autenticidade e de um amor puro abriram meu coração e as energias do bem quebraram o silêncio do passado para lá dar lugar à nobre missão de servir e proporcionar dignidade a seres humanos marginalizados na sociedade. Não consigo viver e ser feliz ante as vivências e as armadilhas da vida sem a adoção de padrões e princípios de respeito mútuo. Utilizo meditação para conquistas e renovadas experiências, a arte de estar perceptível a tudo o que acontece dentro e ao redor de nós. Acreditando na verdade, usando a imaginação criadora, iluminado pelas luzes do amor, cumpro, com apoio na ética e na moral, com muita fé, a permanente expressão, construindo esperança, motivando o amor, pois o bem está acima do mal. Esta é, sem dúvida, meus caríssimos e dignos representantes da sociedade, a grande motivação a que tem me levado a permanecer na presidência desta casa. Não é nada anormal dizer que eu já estou com 86 anos. Ainda tenho alguma energia de sobra para continuar nessa luta agora ao lado do nobre companheiro. A senhora fez menção e eu vou lhe dizer como funciona a entidade. Entre cuidadoras, médico neurologista, enfermeiras, técnicas de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionista, assistente social, técnica de saúde bucal, com inclusive lá dentro de um local devidamente aparelhado para realização de alguns – não de todos – que precisam de recuperação, cozinheiras, auxiliar de lactário, auxiliar de lavanderia, auxiliar de serviços gerais, vigias, almoxarife e assessores administrativos, aqui está o meu grande braço direito, um deles, tem mais, mas um deles está aqui, não podem vir todos. A casa não pode ficar abandonada. Aqui está um dos meus assessores. Eis, meus caríssimos, todo esse conjunto de pessoas que atuam lá na nossa casa, todos eles dependem de várias coisas, não só da assistência do salário, que não pode, evidentemente, ser negado, e que às vezes, inclusive, nós temos que usar de recursos fora do contexto para manter em dia o pagamento. Isso tudo, a cada dia que passa, por isso é que eu já estou com a cabeça praticamente branca,

meu caro Dr. Pedro Ruas, porque a luta diária, eu não posso ir mais todos os dias, porque eu tive um infarto que quase me levou a vida. Eu me recuperei, porque Deus achou mais importante a minha presença aqui do que lá, me recuperei e estou servindo à casa segundas, quartas e sextas. Hoje não é dia de eu estar lá, mas eu estou aqui com muito prazer na presença dos nobres, queridos representantes da sociedade. Aliás eu escrevi até uma coisa importantíssima que eu vou levar ao conhecimento: são paladinos que atuam com o pensamento direcionado ao bem social sem predominância do corporativismo político. Estão em permanente contato com os problemas flutuantes na sociedade, com a vontade perene de atender o que envolve a ética e a moral, corolário do bem social. Corolário do bem social! Essa é a minha sensação de alegria por estar aqui na presença dos representantes da sociedade, para solicitar... (Ininteligível.) ...com o Jéferson. Há uma questão muito relevante que eu já tenho conhecimento: R\$ 12 milhões do imposto de renda que é descontado dos nossos munícipes vai para Brasília. Volta? Só Deus sabe. Só 3% fica aqui. Era 6, reduziram para 3, que é porque é para um tal de fundo social. Eu não sei se é fundo, ou sem fundo, mas fundo não é, porque nós deixamos de receber aquilo que mais precisamos. Quem convive diariamente lá dentro sabe bem isso. “Quando o senhor não está lá, como é que é a comunicação?” Celular. “E quando o senhor sai, às vezes, para um descansinho, como é que fica?” Celular. Eles não querem dar ao conhecimento do Dr. Edison, querem permitir que eu fique descansando um pouco, para voltar com mais energia para trabalhar. Mas eu ligo, porque eu não posso passar o dia sem saber como é que se encontram, como é que a casa está conseguindo funcionar com todas as dificuldades. Olha, muito do que tem lá dentro foi objeto de doação de pessoas caridosas que fizeram doação para o lar. Nós temos oito pontos lá, cada um deles tem oxigênio, nebulização e aspiração. Temos alguns, inclusive, que são feitas quatro, cinco, às vezes, mais vezes de aspiração por dia, sob pena, inclusive, de eles acabarem, Dr. Pedro Ruas, falecendo. Lá uma das coisas terríveis que a gente... Hoje eu estou como? Calejado, já não tenho mais o que passar. A gente está lá, como aconteceu bem recente, uns quatro meses atrás.

Tinham acabado de dar, porque são quatro refeições por dia – café da manhã, almoço, lanche da tarde e lanche da noite. Quatro, nobres e queridos representantes da sociedade, quatro refeições, e haja dinheiro para tudo isso. Remédios, vamos chegar num outro ponto, remédios. São múltiplos e, às vezes, o remédio já não dá mais efeito, porque faz muito tempo que eles estão tomando. Aí o Dr. Vítor, que é o médico da nossa casa, vai olhar o João: olha, nós precisamos comprar novos medicamentos, surgiram novas... É... (Ininteligível.) ...de drogas, né, doutor. Fulano de tal, já não tem mais, mas não faz mais efeito, essa medicação, tem que comprar nova. Onde tem que buscar, Dr. Pedro Ruas? Nos recursos disponíveis. Não existe um recurso extra para nos atender nisso aí, não existe.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. EDISON PONTES MAGALHÃES: Quarenta e seis. Dia 10 de fevereiro de 1979, o Lar de Santo Antônio dos Excepcionais foi fundado. Isso significa que, no dia 10 de fevereiro, ele fez 45 anos, quase a metade da minha idade, quase a metade da minha idade! E desde que eu assumi, desde 2004, eu venho constantemente batendo nas teclas de ajuda, eu não vou mencionar, por uma questão, falei em ética e moral, agora vou falar, para desrespeitar, mas houve um caso de um prefeito, ex-prefeito aliás, que nós estávamos numa reunião, gestionando uma melhora das metas, porque eles atualmente nos dão 15 metas. O que significam essas 15 metas, presidente? É o valor correspondente a 15 abrigados, ela está hoje em R\$ 8.031; dão R\$ 8 mil para 15. E o restante? O restante vem do INSS, um salário mínimo de R\$ 1.412; e de doações... E nós temos que procurar recursos e recursos, temos que ir à procura do recurso, porque eles não podem ficar sem assistência. Eles já estão lá, porque estavam em lugares inadequados para eles. A vida deles hoje está entregue para nós. Eu sou o pai e a mãe deles ao mesmo tempo, e isso, eu chego à noite, à tardinha em casa e, quando eu coloco a cabeça no travesseiro, já pensando, não no dia seguinte, porque no outro dia seguinte, eu vou ficar em casa, resolver os meus

problemas familiares que eu também tenho a minha família para resolver, mas, no outro dia, pensando o que eu vou evidentemente fazer para que as coisas continuem fluindo de maneira que não falte nada para eles. O primordial lá chama-se qualidade de vida. Os coitadinhos não pediram para ser o que são – não pediram! Acabaram sendo o que são, e foram entregues para nós. Nós abraçamos essa causa, abraçamos. Tem um deles lá, o Fábio Júnior, ensinaram para ele, porque isso não é coisa minha, eles perguntam para ele: o que é o Dr. Edson aqui? Pai, pai! Acreditem todos, me chamam de pai, e eu recebo isso com muito carinho, com muito amor. Como eu disse aqui na introdução do meu ingresso, eu recebo isso com muito amor e muito carinho. Às vezes, eu fico algum tempo sem conseguir, eu não tenho condição... (Ininteligível.) ... toda vez que eu estou lá, com todos, são 46, é difícil de eu me relacionar. Às vezes, eu fico dois meses sem me relacionar com um deles, e aí eu chego lá: sabes quem é que está falando contigo? É o Edson. (Ininteligível.) Então eu pergunto para eles o que está faltando aqui. Ah, eu quero uma coquinha. Aí eu vou buscar uma coquinha para dar para eles. É isso que, às vezes, me faz evidentemente feliz de continuar trabalhando. Deus sabe até quando eu vou ficar, sem dúvida que sim, mas enquanto ele me permitir, eu vou continuar trabalhando, lutando. Cada vez mais! Políticas públicas, eu tenho absoluta convicção de que pode ser feito. Infelizmente, Dr. Pedro Ruas – estou fazendo muita menção, porque nossos somos da mesma área, do direito, por isso estou fazendo, nada em detrimento dos demais, nós somos da mesma área. Eu aprendi a conhecer V. Exa., com seu trabalho brilhante como advogado, isso é verdadeiro. Só não fui para o Tribunal, o Dr. Alair Terra, que era o meu colega, queria muito que fosse para ser desembargador e eu não quis.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Dr. Edison, eu estou aqui com a colega, Ver.^a Biga Pereira, que precisa se retirar e ela não quer sair sem se manifestar primeiro. Então, eu vou fazer uma quebra de protocolo aqui, pulando a fila, o Ver. Adeli Sell também chegou depois, e vou passar a palavra para vereadora para que ela possa fazer a sua manifestação.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Fernanda Barth, eu a comprimento por trazer essa pauta para a nossa comissão, e nós poder receber vocês para relatarem aqui essa realidade vivida. A gente sente a sua emoção, a gente sente o seu relato verdadeiro do trabalho, da dedicação, do desprendimento para com o atendimento. Eu diria ao senhor, a vocês todos que a assistência social precisa, cada vez mais, de todos nós, de vocês que têm essa dedicação de vida, porque é uma opção de vida, para nós, que somos legisladores, mas de envolver a sociedade, o Poder Executivo de acolher quem de verdade faz esse tipo de serviço. Eu considero aqui, Ver.^a Fernanda, nosso presidente Alvoni e todos os colegas da comissão, que nós, a partir dos relatos que vocês nos trazem e documentação, enfim, colega Fernanda, trabalharmos uma lei. E eu gostei demais quando o senhor falou que eles o chamam de pai. E aí me ocorreu, Fernanda, por que não nós, da nossa comissão, Alvoni, a partir disso tudo, apresentarmos, a comissão apresentar, olha só: o PAI – Programa de Assistência Integral –, pronto, transformamos o pai em que o senhor é, do ponto de vista afetivo para aqueles que são acolhidos, mas transformar numa política pública que esta comissão pode oferecer. Logicamente – não é, Fernanda? – que nós chamaremos vocês para eventualmente nos ajudar a construir, e nós apresentar ao Executivo um Programa de Assistência Integral – PAI, pronto, é isso que precisa ser feito. Eu tenho dito aqui, e os meus colegas são testemunhas, que a nossa cidade precisa se preparar também para o atendimento às pessoas que estão envelhecendo. Hoje Porto Alegre é a segunda capital que tem a maior longevidade. Isso é maravilhoso, gente, nós conseguimos ir a uma vida mais longa, mas, para isso, precisa, sim, do acolhimento, a cidade precisa acolher. Lares, como o Santo Antônio, como o Santa Rita de Cássia, que faz todo esse trabalho, precisa, sim, de lei, de investimento, de recursos, de políticas públicas que deem condição de vocês manterem a qualidade do atendimento. Assim como vocês, nós sabemos que tem outras casas também, isso precisa de uma regulamentação, precisa! Tem casas que só fazem a assistência, tem casas que fazem assistência e que

também fazem o trabalho de clínica, porque oferece esse tipo de tratamento, ou seja, como vocês falaram aqui, tem uma equipe multidisciplinar que envolve médicos, fisioterapeutas, enfim. Então isso precisa ser regulamentado. Eu sugiro, portanto, que a nossa comissão aqui, na medida que a gente consiga fazer uma reunião nossa, se debruça sobre essas demandas que vocês nos trazem. Parabéns por estarem aqui conosco. Parabéns, Fernanda, por nos trazer esse debate. E esse trabalho que vocês nos dão é um trabalho que também nos gratifica, é para isso que nós estamos aqui. Sejam acolhidos, acolhida a vossa demanda e a que a nossa comissão possa, então, criarmos o "PAI". Eu gostei; me ocorreu aqui eu gostei do PAI. Está bem? Muito obrigada. Desculpa, eu tenho uma outra agenda extremamente importante, eu vou ter que me retirar, Presidente e Fernanda.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada, Ver.^a Abigail. Eu pergunto se o senhor gostaria de fazer alguma manifestação? Sr. Edson, o senhor gostaria de fazer algum complemento na sua fala antes da gente passar para os outros colegas vereadores? Se o senhor gostaria de fazer algum complemento na sua fala antes de eu passar para os outros colegas vereadores... A maior questão aqui é que vocês, como aquilo que a gente tinha conversado, sabem o que é preciso ser feito, vocês sabem quem são os profissionais que vocês precisam contratar, toda essa questão de ter um esboço de projeto, a gente precisa que vocês nos deem isso, para que daí a gente faça todo encaminhamento legal aqui dentro, com as nossas equipes, com os gabinetes, para que a gente consiga fazer o melhor projeto possível, que consiga se adequar perfeitamente às duas questões. Vou passar agora a palavra ao Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu só queria pedir desculpas, eu era testemunha, vocês sabem, num processo de anistia, então eu não podia deixar de comparecer à audiência, por isso que eu me atrasei, então eu vou ficar escutando os outros colegas para falar posteriormente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu fico preocupado, Ver.^a Fernanda Barth e pessoal, nossos colegas vereadores, eu acho nós temos que, do ponto de vista legal, ver se se consegue a regulamentação. Eu não acho tão complexo conseguir a regulamentação; eu não acho. Penso que a gente pode estudar em conjunto com a PGM – Procuradoria-geral do Município – uma forma de projeto que faça essa adequação, Nelson Kalil, sem que necessite de um amparo de legislação federal ou estadual. Há uma margem de possibilidade de legislar nos municípios muito interessante. E eu digo para vocês até, rapidamente, que as câmaras municipais legislam e a Câmara Federal legisla, a Assembleia Legislativa quase nada. Eu fui deputado estadual, eu conheço, não fui senador, mas sei que o Senado quase nada. As câmaras, sim; municipais e federal. Então, esse espaço nós podemos utilizar. Agora eu chego na minha preocupação, até eu tenho uma ideia, para passar depois, de como fazer isso aí, do ponto de vista legal. A minha preocupação é se se consegue, na regulamentação, o apoio da saúde, não se perde o outro... Eles têm que ser integrados.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Não tem cabimento eles terem que deslocar ou desfazerem de todos esses profissionais da área da saúde para se adequar a uma legislação que só vê um lado da coisa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sim. Então, vejam bem, nós temos que ter é a garantia de que não haverá, e ao mesmo tempo... É que a situação humana é algo é brutal, assim, as circunstâncias humanas. Ao mesmo tempo, o poder público tem que se resguardar da criação de “n” casas que não prestarão esse mesmo serviço, que não têm essa intenção e essa vocação, mas querem ser dos dois. Tem que ter cautela nisso, porque o Município tem que identificar nas que existem, e são três, a forma de resolver, sem permitir, também, que haja no futuro – não com vocês; obviamente não com vocês –, mas que haja no futuro algum risco de abuso naquilo que era originalmente, eventualmente, através de vocês, ainda bem, mas originalmente com a melhor de todas as intenções. Então, acho que esse conjunto de preocupações vai estar num projeto da Ver.^a

Fernanda Barth ou da comissão, enfim, e que nós apoiaremos, nós lutaremos por isso. Era isso, por enquanto.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Projeto pela comissão, segundo a nossa vereadora.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Se for da comissão ou da Ver.^a Fernanda Barth eu vou apoiar em qualquer hipótese.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): O senhor quer falar?

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Isso, eu só gostaria de complementar. A gente tem uma regulamentação que é o Conselho, o CMAS, que regulamenta hoje o serviço. A gente tem a questão do CMDCA também, então, isso que o senhor comentou sobre a questão de ter uma regulamentação que não crie um terceiro serviço... Assim, para inserir nesse serviço, já passa por toda essa plenária. O serviço só pode ser habilitado via Fundação de Assistência, FASC, ou qualquer outro conselho se tiver aprovação. Sem isso, inclusive o CEBAS, não se consegue estabelecer o serviço. Então, já é um resguardo que o Município tem, e o que a gente tem falado muito é que hoje, aliás, há 47 anos, a gente executa esse serviço. O que é melhor? A gente começar do zero, colocar um serviço que ninguém conhece para fazer esse atendimento ou manter sem ter um custo extra para o Estado, para o Município, simplesmente equalizando aquilo que é de fato direito e aquilo que se precisa. Então, é só isso o que a gente pede, a gente acredita que fundamentação a gente consegue fazer, e essa sinergia a gente consegue também. Com o apoio de vocês, mais ainda. Obrigado.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu gostaria, não sei se isso é normal aqui na Câmara de Vereadores, mas eu gostaria que esse projeto fosse da comissão. Eu não tenho nenhuma questão de vaidade ou ego envolvida nisso,

eu gostaria que fosse um projeto da comissão, porque aí eu tenho certeza de que cada gabinete vai participar da melhor forma possível para fazer o melhor projeto possível, e a possibilidade de a gente aprovar isso com unanimidade na Casa vai ser muito grande.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Há uma grandeza sua, vereadora, nesse aspecto, que eu quero salientar, e é possível, claro, é importante que seja da comissão. Acho que nós temos que fazer essa conversa em algum momento com a PGM, porque há uma questão de iniciativa, enfim, e que nós temos que ver da melhor maneira para que nós tenhamos, em rápido período, uma aprovação.

SR. EDISON PONTES MAGALHÃES: Sr. Presidente, peço a V. Exa. que me perdoe por não ter feito muita menção ao cargo relevante que o senhor ocupa. Eu fiz muita referência ao Pedro Ruas, porque eu estou da mesma área dele. Peço que V. Exa. me desculpe, por favor. Perdoe, não me interprete mal, tenho por V. Exa. o máximo de respeito.

Vou fazer uma pequena consideração: a entidade não conta com receita definida para fazer frente às despesas ordinárias, que envolvem gastos com pessoal, encargos sociais, transporte, medicamentos, exames, alimentação, vestuário, energia, manutenção do prédio e equipamento. Agora, o mais importante: apenas 26% da receita provém do poder público, sendo o restante mantido por doações feitas por pessoas caridosas da comunidade, propiciando, assim, condições dignas de sobrevivência das pessoas que ali vivem, 26% Sr. Presidente, agora estou me dirigindo à Vossa Excelência. Desculpe-me, por favor.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Nem precisaria jamais fazer um pedido desses. Quem sou eu para questionar em alguma coisa. Quero só relatar, meu nobre colega Adeli, que nós fizemos uma visita também à Casa Menino Jesus de Praga, a qual fazia atendimento em assistência social e

passou por uma readaptação para atendimento em saúde. Podemos também verificar, junto à presidência da Casa Menino Jesus de Praga, como foi feito esse enquadramento para buscarmos aplicar também na Casa Santa Rita de Cássia e no Lar Santo Antônio. Hoje, a Casa do Menino Jesus de Praga funciona como se fosse um hospital, tem convênio ativo com a Secretaria de Saúde. As pessoas entram lá desde crianças e permanecem por muitos anos sob seus cuidados. Nós podemos, também, se for relevante para vocês, conversar com eles e saber de que forma eles conseguiram ter esse aporte da Secretaria de Saúde. E nos colocamos, lógico, assim como a Comissão, à disposição.

SR. EDISON PONTES MAGALHÃES: Sr. Presidente, só um detalhe muito importante com relação a essa questão da Casa do Menino Jesus de Praga. Nós precisamos constantemente da assistência hospitalar. Nós tivemos três casos recentes lá no Lar Santo Antônio, de 3 abrigadas que tiveram câncer de mama: a Elaine, a Mona e a Bia. As duas, a Elaine e a Mona, conseguiram sobreviver; a Bia, face a gravidade do problema dela, infelizmente veio a óbito. E o mais importante: em todos os casos o Lar Santo Antônio bancou, pagou. O tratamento de cada uma delas custou em torno de R\$ 30 mil; sendo que a última, a Bia, nós tivemos que implorar à Santa Casa para que fosse internada pelo SUS. Eles conseguiram levar para o Hospital Nora Teixeira, e nós pagamos lá os custos de uma pessoa particular. Pagamos. Não ficamos devendo nada para ninguém, porque era o recurso que nós precisávamos para tentar evidentemente salvá-la. Não foi possível, Sr. Presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): É lamentável. O presidente Miranda e o diretor Arno, que são da Casa do Menino Jesus de Praga.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas, eu me somo a proposição generosa da Ver.^a Fernanda Barth, que seja um projeto coletivo. Eu também faço minha adesão à tese do Ver. Pedro Ruas. Eu acho que, com os argumentos que vocês já possuem, pelo conhecimento de causa, nós precisamos fazer uma formatação

jurídica tal que isso dê consistência. Nem a instituição terá prejuízos futuros de devolução de recursos e coisa do tipo, e também a Prefeitura não terá esse problema depois junto aos órgãos de fiscalização e de controle. Então, acho que fazendo cuidadosamente dessa forma... Aqui todos os colegas, pelo que eu sei, têm assessoria jurídica nos seus gabinetes. Nós nos colocamos à disposição para depois ver detalhe por detalhe. Acho que depois a gente faz uma reunião de um grupo técnico aqui e, como disse o Ver. Pedro, a gente tem que ter agilidade. A saúde e a assistência não esperam para amanhã, assim como a fome não espera, às vezes, nem para de noite. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Complementando apenas, na verdade não quero repetir o que disse Ver. Adeli Sell, que fez um brilhante resumo. Quero acrescentar que nós podemos começar desde já a pensar, eu acho que em duas frentes: uma, a elaboração de um projeto que contemple as necessidades, basicamente essas que o Dr. Edson e os senhores nos trouxeram aqui; e outra, que verifique junto ao Município já uma boa vontade, uma negociação que não interrompa o andamento disso no seu curso. Repetindo o Ver. Adeli Sell, tem urgência absoluta, pois a assistência social e a saúde não podem esperar. A necessidade disso é urgente.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Eu deixo aqui como sugestão, para ver se os colegas aprovam, que a gente já tente trabalhar com a data de uma próxima reunião lá na PGM, com a presença de um representante de cada gabinete, de um administrativo que entenda de cada uma das casas, mais um representante da FASC e um da Secretaria de Saúde. Acho que é uma reunião de trabalho entre todos esses, que a gente já consiga sair de lá com alguma coisa esboçada e com todas as dúvidas dirimidas. Vocês acham boa ideia? Então a gente depende, em primeiro lugar, da agenda da PGM, que é a mais complexa de todas. E a gente faz o contato via Comissão, com todas as partes envolvidas, está bom? Muito obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Alguém da plateia quer perguntar alguma coisa? Dr. Maurício?

SR. NELSON KHALIL: Então, boa tarde a todos e todas. É uma reunião que me emociona bastante. Eu estava aqui me lembrando – já faz muitos anos – da primeira vez que eu frequentei o Lar Santo Antônio dos Excepcionais, carregado pela saudosa Dona Élide. Aquilo me marcou muito, na época, eu ainda não era usuário de cadeira de rodas, mas me impressionou bastante.

Conheço também muito o Lar Santa Rita ali na Martins Félix Berta e sei das dificuldades, mas as dificuldades não são dessas duas casas, as dificuldades são das pessoas com deficiência, de uma forma geral. Eu me lembrei também da crise que nós tivemos agora, agora não, há alguns anos, da FPE que retirou 120 pessoas e passou para a malfadada Clínica Libertad, num contrato absolutamente estranho e absurdo, que ocasionou inclusive alguns óbitos. Eu estive e frequentei a Clínica Libertad, saí de lá com o coração completamente apertado, porque vi pessoas que passaram a vida inteira na Cônego Marcelino, por exemplo, de repente saírem, serem arrastadas da Cônego Marcelino com a desculpa que iam fazer um passeio e serem jogadas na Libertad. Esse é um vazio, e isso foi uma desculpa utilizada pelo Executivo estadual, usando uma fala da promotora da infância e juventude, Dra. Cinara, que pedia que as vagas fossem destinadas a crianças, porque tinha muitas pessoas com deficiências acima de 21 anos nos abrigos aqui, e ela queria mais vagas para crianças. E, com essa desculpa, tiraram essas e passaram para a Libertad.

E, para essas pessoas acima de 21 anos, fica um vazio não, tem onde colocá-las. O Executivo municipal se omite nisso também. Então, nós precisamos fazer alguma coisa que abranja todo esse universo, por que são muitas pessoas e muitas vidas envolvidas. E é óbvio, é evidente, salta a qualquer um que, tanto a Santa Rita de Cássia, quanto o Lar Santo Antônio dos Excepcionais fazem um trabalho de assistência social importantíssimo. Mas fazem um trabalho também de saúde, é óbvio. Não há não a menor dúvida quanto a isso, e me surpreende, inclusive, por isso que eu fiz aquela pergunta antes para o Jeferson, que

Fernando Ritter, numa plenária agora do Conselho Municipal de Saúde, me disse que havia um estudo para o Santa Rita se tornar um CII. Se isso se concretizasse, seria uma alternativa bastante interessante para o Santa Rita de Cássia. E eu achei que isso estivesse evoluído, até porque, passado algum tempo, achei que esses estudos tivessem evoluído. Acho que tanto o Lar Santa Rita de Cássia quanto o Lar Santo Antônio dos Excepcionais podem ser contemplados com o CER, porque atendem os requisitos para isso, e têm expertise de anos e anos atendendo essa população. E é fundamental que as pessoas com deficiência, principalmente as mais dependentes como as atendidas por essas duas instituições, sejam contempladas. É impossível. E somente quem visita esses locais, quem vê essas crianças, vê esses adultos lá sabe da importância e da necessidade que isso traz. E eu aconselho a todas as pessoas que têm algum tipo de problema frequentar uma casa dessas para entender o que é viver. Obrigado.

SR. JEFERSON DA SILVA PEREIRA: Sim, senhor, eu só gostaria de complementar sua fala. Acho que é muito prudente essa questão que foi trazido do secretário Ritter, que ele esteve nos visitando, propôs a questão do CER II. Só que a gente avaliando administrativamente essa operação, primeiro que ela não se paga; e, segundo, que a gente expõe mais ainda a fragilidade, porque a gente faz um outro serviço sem ter uma continuidade, sem ter uma segurança jurídica e financeira. Então, a gente não pode, nesse ponto, pensar sem ser com a razão de dar um passo além. Então o que a Casa Menino Jesus fez foi um planejamento de mais de cinco anos visando à saúde. Porém, pelo nosso atendimento, pela nossa característica e nossa expertise, não dá para a gente migrar para saúde, porque a exigência é muito maior, o custo é muito maior, sem ter essa segurança. Então, a gente prefere ficar na assistência, agindo com a saúde, com a assistência, mas tendo algo que a gente consiga se manter e ter uma continuidade a médio longo prazo. Então executar um serviço que a gente não consiga fazer, um planejamento, uma segurança, não tem como. Queria só

aproveitar, desculpe, nós fizemos um ofício justamente por esse pleito, e a gente gostaria de entregar aos senhores, presidente. (Pausa.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Bom, então, vamos fazer o encaminhando final. Como encaminhamento, então, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana formará um grupo – pode ser assim? – um grupo de trabalho entre os seus assessores e técnicos para criação de um projeto que poderá se intitular Programa de Assistência Integral, por sugestão da Ver.^a Biga Pereira; e também marcar uma reunião para buscar uma saída junto à Secretaria de Saúde, à FASC e à Procuradoria do Município, com a colaboração do exemplo da Casa Menino Jesus de Praga. Jeferson, está bom assim?

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Vocês acham que seria interessante a gente chamar também um representante do Ministério Público para estar nessa reunião? Eles botam peso na reunião.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Está bom, obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião. Um grande abraço a todos, que Deus os abençoe.

(Encerra-se a reunião às 15h32min.)